

## salário mínimo



# A proposta que nunca existiu

**Para convencer a esquerda a não votar com o PFL pelo mínimo de R\$275, valeu tudo – até a mentira**

Raimundo Rodrigues **Pereira**

“A oposição conservadora, no intuito de desgastar o governo Lula, apresentou no relatório o reajuste do salário mínimo para R\$275, inclusive tirando verba do Orçamento da União destinada à reforma agrária...” Esta frase constou da propaganda da base governista para tentar convencer os deputados de esquerda a votar pelo mínimo de R\$260 proposto pelo presidente Lula e contra o mínimo de R\$275 defendido pelo PFL, que chegou a obter maioria de votos no Senado e foi derrotado em duas votações na Câmara. Votar pela proposta do PFL, dizia a propaganda governista, é votar “também na retirada de verba destinada à reforma agrária”.

Essa suposta proposta do PFL, no entanto, nunca existiu. Em decisões desse tipo, o relator que encaminha

a votação apresenta seus argumentos em um relatório escrito que justifica o seu voto. Mas esses argumentos não são votados. Isso é feito depois, quando se vota, concretamente, um crédito suplementar, que vai garantir as fontes para o pagamento que for decidido.

A argumentação de que os R\$15 a mais propostos estavam condicionados a tirar recursos da reforma agrária foi uma manobra diversionista, que se aproveitou do conservadorismo indiscutível do PFL, mas que, no caso, não tinha a ver com a votação. O deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ), que foi o relator do projeto de lei propondo os R\$275 na Câmara, no seu relatório à comissão que analisava a MP, apresentou duas tabelas. Uma mostrava o impacto orçamentário do aumento: R\$4,3 bilhões de gastos adicionais com a Previdência Social. E de onde poderiam vir os recursos para garantir esses gastos – excesso de arrecadação (R\$1,7 bilhão); reestimativa do superávit devido ao erro na previsão do PIB de 2003 (R\$0,7 bilhão); recursos orçamentários já previstos (R\$1,8 bilhão); e remanejamento de dotações (R\$0,5 bilhão). Noutra tabela do mesmo relatório, a título de *regis-*

*tro*, o deputado pefelista procurou mostrar que o governo tinha ainda “recursos alternativos” que poderiam ser utilizados para o aumento do mínimo. E listou, entre esses: o avião presidencial (R\$143,8 milhões); a criação de 2789 cargos comissionados (R\$93,5 milhões); o aumento da estrutura ministerial (R\$312,4 milhões); e também os “recursos adicionais” alocados pelo governo para a reforma agrária (R\$1,7 bilhão).

Já nessa época, um deputado da esquerda do PT, Chico Alencar, fez ver a Maia que essa referência, embora de significado apenas simbólico, afastaria votos da esquerda a favor da sua proposta. E Maia concordou em retirar a indicação. Esse primeiro relatório de Maia, inclusive, não foi votado; por que o governo negou quorum à reunião da comissão que o examinaria. No relatório com o qual Maia encaminhou a votação em plenário, dez dias depois, a referência “Recursos adicionais (Reforma Agrária)” já não existia, como se pode ver ao lado (a tabela de cima é a primeira versão dos “recursos alternativos”, apresentada por Maia no dia 13 de maio; a de baixo, é a que ele apresentou em plenário, dez dias depois). ■

#### RECURSOS ALTERNATIVOS QUE PODERIAM SER UTILIZADOS PARA O AUMENTO DO SM

Item	Dotação R\$ milhões
Aquisição de aeronave (presidencial)	143,8
Criação de cargos comissionados - 2797 cargos (MP165)	93,5
Reforma agrária (Recursos adicionais)	1700,00
Aumento da estrutura ministerial	312,4

#### RECURSOS ALTERNATIVOS QUE PODERIAM SER UTILIZADOS PARA O AUMENTO DO SM

Item	Dotação R\$ milhões
Aquisição de aeronave (presidencial)	143,8
Criação de cargos comissionados - 2797 cargos (MP165)	93,5
Aumento da estrutura ministerial	312,4